



GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

DESENVOLVIMENTO REVIEW

Sexta - feira, 3 de Junho de 2022 | Ano 03, n.º 26 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Desafios para o progresso agrícola na África Subsariana: Que reformas fiscais e comerciais devem ser adoptadas para aumentar o crescimento agrícola?”





Contextualização

Agricultura é reconhecida como chave para um crescimento económico de base ampla, redução da pobreza e segurança alimentar na África Subariana (Chilonda, Machethe, & Minde, 2007)¹. Sendo a espinha dorsal de muitas economias africanas, este sector gera em média 25% do Produto Interno Bruto (PIB) na África Subariana e contribui com cerca de 44% para a geração de emprego na região (Faria, 2021)².

Estes aspectos, e em especial a geração de emprego no sector agrário, fazem com que nos países da África Subariana o crescimento gerado pela agricultura seja muito mais eficaz na redução da pobreza do que o crescimento em outros sectores (Mukasa, Woldemichael, Salami, & Simpasa, 2017)³.

Ainda assim, a África Subariana continua sen-

do a única região no mundo onde a situação da segurança alimentar e da pobreza vem piorando com o tempo (Sesrtic, sd)⁴. O fraco desempenho da agricultura em produtividade e competitividade representa um sério desafio estrutural para um continente que deve lidar com a transição demográfica e competir em um mercado cada vez mais globalizado e mais competitivo de produtos agrícolas e agro-alimentares (Devèze, 2011)⁵.

Estimativas apresentadas por Schoch & Lakner (2020)⁶ evidenciam que, embora a taxa de pobreza na África Subariana tenha diminuído de 56% em 1990 para 40% em 2018, ainda não caiu rápido o suficiente para acompanhar o crescimento populacional na região. Estima-se que 433 milhões de africanos viviam em extrema pobreza em 2018, ultrapassando os 284 milhões registados em 1990.

¹ Chilonda, P., Machethe, C., & Minde, I. (2007). *Poverty, Food Security and Agricultural Trends in Southern Africa*. Pretoria: Regional Strategic Analysis and Knowledge Support System

² Faria, J. (2021, April 23). *Employment in agriculture in Africa 2010-2020*. Retrieved from Statista: <https://www.statista.com/statistics/1230868/employment-in-agriculture-as-share-of-total-in-africa/>

³ Mukasa, A. N., Woldemichael, A. D., Salami, A. O., & Simpasa, A. M. (2017). *Africa's Agricultural Transformation: Identifying Priority Areas and Overcoming Challenges*. African Development Bank.

⁴ SESRTCIC. (n.d.). *Food Security and Poverty Alleviation Initiative in the OIC Member States of Sub-Saharan Africa: A Preamble to Cassava Integrated Project*. Ankara: Statistical, Economic and Social Research and Training Centre for Islamic COun.

⁵ Devèze, J. C. (2011). *Challenges for African agriculture*. Washington, DC: Agence Française de Développement and the World Bank.

⁶ Schoch, M., & Lakner, C. (2020). *The number of poor people continues to rise in Sub-Saharan Africa, despite a slow decline in the poverty rate*. World Bank.



Apesar do reconhecido papel das medidas de política fiscal e comerciais, em vários países africanos o sector agrícola continua a enfrentar desafios profundos, como a baixa produtividade; fraco acesso a mercados de insumos; baixa competitividade agrícola; pouco investimento e falta de políticas fiscais e comerciais estáveis e que sustentem o sector.

Com efeito, o continente continua a ser um actor marginal na economia global, representando apenas 2,7% do comércio mundial de bens e 5% do comércio agrícola mundial (Bouet & Odjo, 2019).

Vários desafios persistem ao nível do comércio agrário. A quota do comércio agrícola intra-africano manteve-se consistentemente abaixo dos 20% nas últimas décadas. Com efeito, a África continua a ser um importador líquido de alimentos, dependendo em grau significativo de fontes extra-africanas de alimentos e produtos agrícolas.

Contudo, a agricultura continuará a ser a prin-

cipal fonte de emprego e rendimento em África nas próximas décadas. No geral, os vários desafios na África destacam que a adopção de reformas fiscais e comerciais é crucial para a geração de resultados importantes para o sector, contribuindo assim para um crescimento amplo e revertendo a tendência de empobrecimento na África Subsaariana.

É neste âmbito que o Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com a OXFAM Moçambique, Grupo de Investigação em Desenvolvimento Económico e Bem-Estar da Universidade de Joanesburgo e o Governo do Reino dos Países Baixos, no âmbito do Power of Voices Partnership (PVP) e Fair for All (F4A), realizou uma conferência internacional na África do Sul no dia 26 de Abril de 2022, nas instalações da Universidade de Joanesburgo, sob o tema “Desafios para o progresso agrícola na **África** Subsaariana: Que reformas fiscais e comerciais devem ser adoptadas para aumentar o crescimento agrícola?”

“Continente africano precisa de abraçar a ciência para obter benefícios significativos na agricultura”, Prof Wandile Sihlobo



O economista, pesquisador e docente universitário na África de Sul, Wandile Sihlobo, foi o orador principal da conferência. Na sua intervenção, defendeu que muito antes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e da eclosão da COVID-19, outros factores vinham restringido o crescimento agrário em África.

É disso exemplo as guerras na África Ocidental e Austral, incluindo na província de Cabo Delgado, em Moçambique. Estes factores fazem com que as pessoas que vivem em áreas rurais abandonem as suas zonas de origem, e isso tem implicações negativas para a agricultura. A Etiópia é um exemplo onde algumas das áreas que costumavam a ser campos agrícolas agora viraram campos de batalha.

As mudanças climáticas também constituem

um desafio à agricultura. “As frequentes secas que afectam vários países do continente africano e a fome que vivemos devem nos levar a reflectir sobre as intervenções que podemos fazer na agricultura” disse Wandile.

A biossegurança também tem afectado negativamente alguns países africanos, com destaque para a África do Sul, onde a escalada de surtos de doenças animais inviabiliza a exportação de grande parte dos produtos pecuários. Reconhecendo as diferentes opiniões diferentes sobre o assunto, o académico disse que com o uso de sementes melhoradas as culturas são capazes de suportar algumas doenças e ao mesmo tempo obtém-se mais colheitas por áreas plantadas.

O Prof Wandile referiu-se igualmente às dificuldades no acesso a insumos agrícolas, sobre-

tudo no contexto do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Aliás, a Rússia representa cerca de 14% das exportações globais de fertilizantes. Desde o início da guerra, o preço de fertilizantes é bem mais alto e isso resultará em menor uso de fertilizantes, agravando os níveis já baixos de utilização em África.

“Os agricultores africanos utilizam, em média, cerca de 19 kg de fertilizantes por hectare. Mas em alguns países africanos, como Zâmbia, os agricultores usam cerca de 50 kg por hectare, e na África do Sul usam cerca de 80 kg por hectare. Entretanto, no mundo desenvolvido os agricultores usam cerca de 120 kg por hectare. Se os países africanos já tinham dificuldades na aquisição de fertilizantes, como é que será agora com o aumento dos preços”, questiona o Prof Wandile.

De 2020 até o início de 2022 verificava-se um

aumento no nível de preços devido ao incremento da demanda por *commodities*, situação que agora foi agravada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. “Se o continente africano permanecer no nível de importador líquido de alimentos e produtos agrícolas, gastando pouco menos de 40 bilhões de dólares com a importação de produtos agrícolas, alimentos e bebidas, todos esses choques que estão acontecendo globalmente continuarão a ser um fardo para os consumidores africanos?”

Em termos de recomendação, o Prof Wandile defendeu a necessidade de o continente africano abraçar a ciência. “Se não nos abirmos à tecnologia biológica e mecânica e acabarmos com os outros desafios já mencionados, vemos uma chance menor do continente africano obter benefícios do Acordo de Livre Comércio ou de qualquer intervenção fiscal”.

“Recursos precisam de ser aplicados onde foram planeados para o alcance dos planos ambiciosos na agricultura”, Prof Nicholas Ngepah



O Prof Nicholas Ngepah, da Universidade de Joanesburgo, iniciou a sua apresentação com fazendo uma contextualização sobre o actual cenário global caracterizado pelo Banco Mundial como sendo de “crises sobrepostas”, em referência à eclosão da pandemia da COVID-19, aos altos níveis de inflação, à geopolítica global, aos desequilíbrios macroeconómicos, à escassez de energia e de alimentos nos últimos tempos.

“A extensão com que as crises sobrepostas têm afectado os países africanos é apenas um reflexo de que alguns fundamentos em África não estão certos. “Os países africanos não deviam ser severamente afectados, por exemplo, em termos de segurança alimentar devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, dado a enorme riqueza em terra fértil e mão-de-obra que o continente dispõe”.

Sobre o progresso da agricultura em África, um conjunto de planos merece análise, com destaque para a Declaração Malabo de 2014 e o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola Africano (CAADP, na sigla em inglês). Para o Prof Ngepah, todos esses acordos e planos não são necessariamente ambiciosos, eles são alcançáveis. Mas só são alcançáveis se os recursos forem investidos para o que eles realmente foram planeados, e deve haver monitoria e correcções ao longo do tempo.

Os formuladores de política estimaram que se 10% dos gastos públicos fossem destinados à agricultura, levaria a um crescimento de 6% no PIB agrícola, reduziria o atraso no crescimento em 10%, criaria oportunidades de emprego para pelo menos 30% dos jovens na agricultura e garantiria que, até 2025, pelo menos 30% das fazendas de famílias rurais seriam resistentes a

choques.

Entretanto, na prática os gastos na agricultura estão a reduzir em todas as regiões da África, com destaque para a África Central e Ocidental. Nenhuma região cumpre pelo menos metade do compromisso de gastos públicos de 10% do orçamento de Estado. Neste momento, os choques são uma característica-chave da agricultura africana porque é maioritariamente composta por pequenos produtores vulneráveis a choques. O Prof Ngepah considera esta situação crítica, e alertou que a exclusão económica de grupos sociais pode levar à destruição dos Estados através da proliferação de conflitos.

Outro aspecto que revela o baixo progresso da agricultura em África tem que ver com a elevada dependência alimentar. Cerca de 18% das receitas de exportação vão para a importação de alimentos de outros países, muito acima da média mundial que é de apenas 6%. O que significa que os poucos ganhos da exportação em África são devolvidos ao resto do mundo em troca de comida. Ademais, o plano de “fome zero” até 2025 está longe de ser alcançado, faltando apenas três anos para o tempo determinado. Embora nas últimas duas décadas as economias africanas tenham crescido de forma robusta, os dados de crescimento económico não se traduzem em redução da pobreza.

Como recomendação, o Prof Ngepah defendeu a migração para o digital, argumentando que este processo traz facilidades de comércio e interacção e permite maior adaptação, conforme foi evidenciado pelos grandes agricultores quando eclodiu a pandemia da COVID-19. “É crucial a expansão das tecnologias digitais para os pequenos agricultores”.

“Reformas adoptadas devem ser socializadas para alcançar as comunidades e reverter as desigualdades de género no sector agrário”, Chimbala Yoyo, OXFAM

Para ilustrar os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores nas cadeias-de-valor africanas, Chimbala Shamenda Yoyo, da OXFAM, contou uma história sobre o processo de produção, acesso aos mercados através das infra-estruturas, comercialização dos produtos e ganhos obtidos pelos pequenos agricultores.

A história resultou de uma recente análise da cadeia-de-valor baseada em género no âmbito da iniciativa *Power of Voices - Fair for All*.

A história é de uma mulher produtora, de 28 anos de idade, casada e com três filhos. Ela e seu marido possuem cinco hectares de produção, dos quais quatro são controlados pelo marido. Cedeu um hectare para que a mulher pudesse cultivar e produzir de acordo com o desejo dela. Entretanto, na hora de vender os produtos do seu hectare ela deve consultar o marido sobre onde comercializar. Ademais, devido a aspectos culturais, valores e práticas locais daquela região, deve ser o marido a negociar por ela com os comerciantes, principalmente com os transportadores. Portanto, a produtora não tem poder de determinar quanto ganha e quando vende.

Em relação à comercialização dos produtos, para aceder ao mercado mais próximo a produtora tem que percorrer 50 km, o equivalente a duas horas de viagem. Trata-se de mercado informal, não regulamentado, com valores bastante baixos, chegando a ser quatro vezes inferior quando comparado com os preços de um outro mercado situado a 800 Km da sua região.

Vezes há em que os pequenos agricultores se unem e percorrem os 800 km de distância à procura de melhores ganhos. Entretanto, este mercado apresenta um nível de segurança que é questionável para as mulheres, e os negociadores são todos homens.

Chimbala Yoyo reforçou a necessidade de acabar com as enormes desigualdades de género no sector agrário, indicando que as mulheres estão participando activamente em cerca de 60% na agricultura, mas estão obtendo o menor valor. “As mulheres em África detêm apenas em 1% da terra e o que estamos fazendo para promover a



participação das mulheres no sector agrícola”, questionou, para de seguida defender que a importância da promoção da participação e liderança das mulheres nos espaços de tomada de decisão, sejam eles nacionais ou comunitários. Por fim, Chimbala Yoyo falou sobre as grandes oportunidades que existem no âmbito da Zona Livre do Comércio Africano, principalmente para a melhoria das cadeias-de-valor agrárias que ficaram enfraquecidas com a eclosão da pandemia da COVID-19.

Uma das recomendações que deixou é a necessidade de “socialização” desta política continental para que tenha impacto real na vida dos pequenos produtores africanos. Para Chimbala Yoyo, socializar políticas agrárias africanas é muito importante porque conecta 1,3 bilhão de pessoas num continente que possui um PIB conjugado de cerca de três triliões de dólares.

“África deve usar o seu potencial em hidrocarbonetos para reverter a enorme dependência alimentar”, Dimas Sinoia, CDD

Dimas Sinoia, pesquisador do CDD, o debate sobre as reformas no sector agrário é importante, particularmente em África, onde a agricultura contribui duas a três vezes mais para redução da pobreza do que o crescimento em qualquer sector.

“É importante a adopção de políticas e a sua monitoria para garantir que os países estão a dar a atenção devida ao sector agrário”. A título de exemplo, Dimas disse que as reformas na economia moçambicana tiveram o seu início com a formação do primeiro Governo de Moçambique independente, em 1975. A primeira tentativa remota do período em que vigorava a economia centralmente planificada, entre 1980 e 1990. O denominador comum de todos os programas desenvolvidos era a materialização do preceito da Constituição da República de Moçambique que estabelece a agricultura como a actividade básica para o desenvolvimento do país. Situação reflectia-se no panorama estrutural da economia em que a agricultura contribuía em cerca de 36% para o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Nas últimas décadas, à medida que a produção de outros sectores das economias africanas aumenta, o sector agrícola tende a diminuir em termos da sua contribuição relativa para a produção total. Esta tendência da actividade económica surge quando ainda se verificam os principais problemas do sector, como a queda na produtividade, pouco progresso nas actividades agrícolas, prevalência da agricultura rudimentar. Ainda assim, o sector continua empregando a maioria da população.

Do lado fiscal, o pesquisador do CDD considera crítico que, apesar de muitos países africanos conseguirem dar incentivos fiscais significativos ao sector, eles não cumprem com o compromisso de alocação de 10% do orçamento anual para o investimento no sector agrário.

“É importante que o sector seja priorizado para continuar a ser alvo de investimentos públicos, num contexto em que a eclosão da pandemia da COVID-19 e a ocorrência de mudanças climáti-



cas trouxe pressões fiscais elevadas”.

Por fim, recomendou que África, como um continente bastante rico em recursos naturais, deve apostar nas suas enormes reservas de gás natural para a produção de fertilizantes e afins. Este aspecto faria com que, em primeiro lugar, reduzisse a elevada importação de tais produtos, contribuindo para maior crescimento, menores custos e gerando maior uso e consequentemente maior produtividade agrária. A adopção de tal estratégia possibilitaria a transição da agricultura de subsistência (pequenas unidades familiares de produção) à agricultura orientada para o mercado (grandes unidades de produção pertencentes a cooperativas ou empresas agrícolas).



DR. DAILES JUDGE
INTERNATIONAL FAF
PROGRAM DIRECTOR AT OXFAM



PROF. NICHOLAS NGEPAH
LECTURER AT THE SCHOOL
OF ECONOMICS UJ



MR. WANDILE SIHLOBO
CHIEF ECONOMIST OF THE
AGRICULTURAL BUSINESS CHAMBER
OF SOUTH AFRICA
(AGBIZ)



PROF. JOEL EITA
HEAD OF ACADEMICS IN THE
SCHOOL OF ECONOMICS UJ



PROF. ADRIANO NUVUNGA
EXECUTIVE DIRECTOR OF CDD
MODERATOR



MR. DIMAS SINOIA
ECONOMIST AND RESEARCHER AT
CENTRO PARA DEMOCRACIA E
DESENVOLVIMENTO (CDD)



DR. MDUDUZI BIYASE
DIRECTOR OF THE ECONOMIC
DEVELOPMENT AND WELL-BEING
RESEARCH GROUP UJ



MR. EDGAR ODARI
EXECUTIVE DIRECTOR OF
ECONEWS AFRICA

REGIONAL DIALOGUE

CHALLENGES FOR AGRICULTURAL SECTOR PROGRESS:

WHAT FISCAL AND TRADE REFORMS MUST BE IMPLEMENTED TO ENHANCE AGRICULTURAL GROWTH IN SUB-SAHARAN AFRICA?



26.04.2022
09H00 - 12H30
UNIVERSITY OF JOHANNESBURG, AUCKLAND PARK (APK),
CBE SCHOOL OF ECONOMICS, BOARDROOM, D RING 221

REGISTRATIONS HERE

<https://cddmoz.org/register/regional/2>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Dimas Sinoa
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

